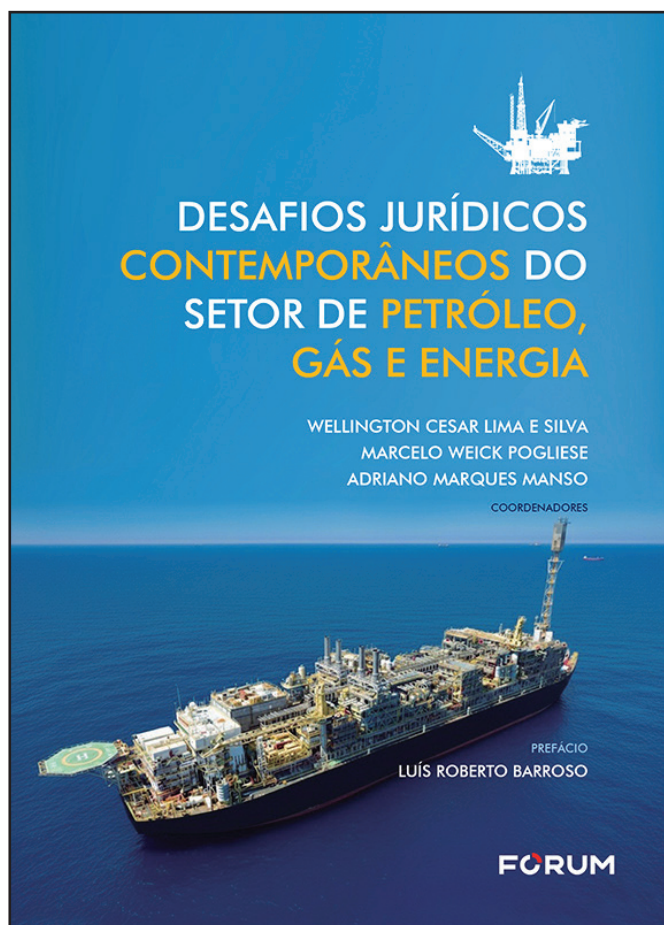




WELLINGTON CESAR LIMA E SILVA
MARCELO WEICK POGLIESE
ADRIANO MARQUES MANSO
Coordenadores

Prefácio

Luís Roberto Barroso

DESAFIOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA

área específica da obra
Direito Público.

áreas afins do livro
Administrativo, Regulatório, Financeiro e Internacional.

palavras-chave
1. Petróleo 2. Gás 3. Energia 4. Energias Renováveis
5. Desafios Legais 6. Desafios Legais - Brasil
7. Desafios Legais - Brasil - Atuais.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 4437

Desafios jurídicos contemporâneos do setor de petróleo, gás e energia reúne uma coletânea de estudos elaborados por juristas e acadêmicos profundamente conectados com as demandas atuais do setor. Os textos, organizados em eixos temáticos, abordam desde questões regulatórias e tributárias até temas como sustentabilidade, relações de trabalho e direitos humanos, compondo um panorama rico e atual sobre as tensões e os caminhos jurídicos possíveis.

Mais do que uma análise teórica, esta obra oferece ao leitor uma visão crítica e prática, capaz de dialogar com os problemas concretos enfrentados por empresas, profissionais do Direito, gestores e pesquisadores da área.

Leitura indispensável para quem atua – ou pretende atuar – no setor energético, esta coletânea é um convite à reflexão, à atualização e à construção de soluções jurídicas alinhadas com os novos rumos do mercado e da sociedade.

D442 Desafios jurídicos contemporâneos do setor de petróleo, gás e energia / Wellington Cesar Lima e Silva, Marcelo Weick Pogliese, Adriano Marques Manso (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

592 p. 17x24cm
ISBN impresso 978-85-450-0969-6
ISBN digital 978-85-450-0970-2

1. Petróleo. 2. Gás. 3. Energia. 4. Energias renováveis. 5. Desafios legais – Brasil – Atuais.
I. Silva, Wellington Cesar Lima e. II. Pogliese, Marcelo Weick. III. Manso, Adriano Marques.
IV. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Wellington Cesar Lima e; POGLIESE, Marcelo Weick; MANSO, Adriano Marques (coord.). *Desafios jurídicos contemporâneos do setor de petróleo, gás e energia*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 592 p. ISBN 978-85-450-0969-6.

Wellington César Lima e Silva

Exerce, atualmente, a função de Advogado-Geral da Petrobras. Procurador de Justiça aposentado, foi Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia e Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça, em 2016. Atuou, ainda, como Professor de Direito Penal em diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação no país. Tem Mestrado em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes e Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Membro da Association Internationale de Droit Pénal – AIDP.

Marcelo Weick Pogliese

Secretário de Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Foi Assessor Especial da Presidência da Petrobras (2024/2025). Foi Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos e Secretário Especial Adjunto Substituto da Secretária de Assuntos Jurídicos da Presidência da República (2023/2024). Procurador-Geral do Estado da Paraíba (2009), Procurador-Geral do Município de João Pessoa (2009), Secretário de Estado de Governo e Secretário-Geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Paraíba (2009/2010). Atuou como Gerente Jurídico da Unimed João Pessoa, Assessor Especial da Reitoria da UFPB e Consultor Jurídico do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Coordenador Nacional de Direito Eleitoral da ESA Nacional (OAB) (2022-2025) e Jurista Consultor da Câmara dos Deputados para o Anteprojeto do Novo Código Eleitoral (2021). Pós-Doutorado em Direito pela Universidad de Santiago de Compostela (2018), Doutor em Direito pela UERJ (2015), Mestre em Direito pela UFRN (2006) e Bacharel em Direito pelo UNIPÊ (2001). Professor efetivo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 2008, com atuação em cursos de graduação e pós-graduação. Lecionou também na UERJ, no IDP e no UNIPÊ. Membro da ABRADep (onde foi Coordenador-Geral entre 2019 e 2021), do IBRADE e do IAB. Membro da Comissão Nacional Especial de Energia do CFOAB (2025 - atual).

Adriano Marques Manso

Gerente jurídico para a Diretoria Corporativa da Petrobras, graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em Direito e Negócios de Petróleo, Gás e Energia pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP/FDC) e mestre em Direito Civil Contemporâneo pela PUC-RIO. Atua, sobretudo, na área do Direito Contratual, com experiência em contratações de grande porte e complexidade. Autor do livro *Cláusula de reajuste: gestão ativa do risco de oscilação do poder aquisitivo da moeda*, bem como de artigos em revistas e obras especializadas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Luís Roberto Barroso	19
-----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Os Coordenadores	21
-------------------------------	----

AMBIENTAL

ASPECTOS DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREA SEDIMENTAR (AAAS) NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

MARIA CLAUDIA DE ANDRADE OLIVEIRA ROCHA, FÁBIO RIBEIRO DA SILVA	23
--	----

1	Introdução	23
2	Portaria Interministerial MME/MMA nº 198/2012 enquanto norma instrumental e regulamentadora da interação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento e execução da Política Energética Nacional	25
3	Posicionamento do STF na ADPF 887-DF	27
4	O Parecer n. 14/2023/CGPP/DECOR/CGU/AGU	29
5	Da necessidade de realizar a AAAS previamente ao leilão da 5ª Oferta Permanente de Concessão (OPC)	30
6	Considerações finais	32

LICITAÇÃO DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS, SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO AMBIENTAL

PAULO DE BESSA ANTUNES	33
-------------------------------------	----

1	Introdução	33
2	O monopólio do petróleo	34
3	O processo de definição dos blocos exploratórios e as licitações	35
3.1	As licitações e os contratos de concessão do ponto de vista da proteção ambiental	36
3.1.1	O levantamento de dados sísmicos	38
3.1.2	Fraturamento hidráulico (<i>Fracking</i>)	41
4	Agências regulatórias e licenciamento ambiental	42
5	A indicação dos Blocos Exploratórios	44
6	Conclusão	47

LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E A INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS NO BRASIL: PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

ADRIANA DE OLIVEIRA VARELLA MOLINA, FÁBIO MACHADO GRILO	49
--	----

1	Introdução	49
2	A questão climática e os combustíveis fósseis	50
2.1	Conclusões do Relatório de Avaliação AR6 do IPCC 2023 sobre combustíveis fósseis	50
2.2	Matriz Energética Global vs. Matriz Energética Brasileira – Transição energética	51
2.2.1	Distinções entre a matriz energética global e a do Brasil	51
2.2.2	A transição energética no Brasil e a relevância do petróleo	52
3	Litigância climática	52
3.1	Conceito, abrangência e classificação dos litígios climáticos	53
3.2	Panorama da litigância climática	53
3.2.1	Panorama mundial dos litígios climáticos e casos emblemáticos	53
3.2.2	Cenário dos litígios climáticos no Brasil	58
4	Perspectivas para o setor de óleo e gás	61
4.1	Soluções de descarbonização e o programa do combustível do futuro	61
4.2	Medidas preventivas recomendadas	62
5	Considerações finais	63

ASG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

CONSULTA LIVRE PRÉVIA E INFORMADA EM PERSPECTIVA: DO CENÁRIO INTERNACIONAL AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

KAREN JOYCE LYRIO ARAGÃO, PEDRO BASTOS DE SOUZA	65
--	----

1	Introdução	65
2	Bases para a consulta livre, prévia e informada: do direito internacional à ordem constitucional	66
3	Panorama da consulta livre, prévia e informada no ordenamento jurídico brasileiro	71
4	Consulta livre, prévia e informada na indústria de petróleo e gás: apontamentos para o futuro	74
5	Conclusão	76

DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA: AVANÇOS DO HORIZONTE NORMATIVO E DA PRÁTICA NO SETOR DE ÓLEO E GÁS

FLÁVIA PIOVESAN, CLARA SERVA, JOANA CHEIBUB, LUIZ CARLOS S. FARIA JUNIOR, JÉSSICA BORGES	79
1 Introdução	79
2 Do voluntarismo à responsabilização: a consolidação normativa da agenda de empresas e direitos humanos	81
3 Os desafios e oportunidades no setor de O&G sob a lupa de direitos humanos	86
4 Desdobramento da agenda de direitos humanos: um olhar sobre a cadeia de fornecimento no setor de O&G	89
5 Considerações finais: compromissos em movimento no setor de O&G	91

CÍVEL

DANOS INDIRETOS E CLÁUSULA LIMITATIVA DA REPARAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JOA PADRÃO AIEN

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO, JULIANA SALIM MELLO GALLO	93
1 Introdução	93
2 A cláusula de limitação da reparação do operador prevista nos JOAs da indústria de exploração e produção de petróleo e gás natural	94
3 Danos diretos e indiretos	97
4 Teorias do Nexo de Causalidade	98
4.1 Teoria da Causalidade Adequada	98
4.2 Teoria da causalidade direta e imediata e subteoria da necessariedade da causa	98
5 Do dano indireto na responsabilidade contratual do Operador	99
6 Conclusão	102

DISPUTE BOARDS: EVOLUÇÃO ADAPTATIVA E ADOÇÃO ESTRATÉGICA

AUGUSTO BARROS DE FIGUEIREDO	103
1 Introdução	103
2 O que já sabemos: o DB como método de prevenção e resolução de disputas	104
3 O que ainda não sabemos: o DB como novo aliado da governança contratual	108
4 Conclusão	112

ENTRE A AUTONOMIA CONTRATUAL E A VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA: A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE GÁS NÃO UTILIZADO EM MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO SEM CLÁUSULA TAKE OR PAY

BRUNO FREIXO NAGEM	113
1 Introdução	113
2 Contratos comutativos de trato sucessivo e a exigência de efetiva prestação na distribuição de gás – O compromisso de consumo mínimo não pactuado na jurisprudência	114
3 A autonomia da vontade das partes e a Lei da Liberdade Econômica como fundamentos para afastar a cobrança de verbas não pactuadas	117
4 Cobrança de compromisso mínimo de consumo sem expressa previsão contratual e o indevido tratamento de contratação de cláusula <i>take or pay</i> em desrespeito a autonomia de vontade das partes	120
5 Função social do contrato e vedação ao enriquecimento sem causa: um diálogo entre justiça contratual e equilíbrio econômico	121
6 Conclusão	122

FINANCEIRO E INTERNACIONAL

A ERA DO DISCLOSURE CLIMÁTICO: DESAFIOS REGULATÓRIOS E LITIGÂNCIA POR CLIMATE-WASHING

NINA LAPORTE BOMFIM	125
1 A dimensão <i>informacional</i> da crise climática	125
2 Em que consiste a informação climática empresarial e qual sua função?	126
3 A era do <i>disclosure</i> climático: um mosaico complexo e fragmentado	128
4 A informação climática empresarial no mercado de capitais brasileiro: o pioneirismo da CVM	130
5 O litígio climático <i>informacional</i> : alguns precedentes importantes no âmbito internacional	133
6 Considerações finais	137

A FINANCIABILIDADE DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA E O PAPEL DO AGENTE DE GARANTIA

RODRIGO CHINDELAR DE SÁ DAS NEVES	139
1 Introdução	139
2 Financiamentos sindicalizados e o papel do agente de garantia	140
3 Natureza Jurídica e objeto do contrato de administração fiduciária de garantias	143
4 Função desenvolvida pelo agente de garantia: representante ou substituto dos credores da garantia?	147
5 Conclusão	149

ASPECTOS ATUAIS DA AUTONOMIA PRIVADA NA ESCOLHA DO DIREITO APLICÁVEL AOS CONTRATOS INTERNACIONAIS

DANIEL GRUENBAUM		151
1	Introdução	151
2	Licitude da escolha convencional do direito aplicável	152
3	Natureza jurídica.....	155
4	Normas cogentes ou imperativas.....	155
5	Reenvio	156
6	Cláusulas patológicas	157
7	Escolha de um direito “neutro”	158
8	Escolha de normas comuns a dois sistemas jurídicos.....	159
9	Escolha de um direito que invalide o contrato	160
10	Escolha de normas não estatais	161
10.1	Perante tribunais judiciais.....	164
10.2	Perante tribunais arbitrais.....	167
11	Escolha do direito de estados não reconhecidos	169
12	Relação da escolha do direito aplicável com a CISG.....	169

OS DESAFIOS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO MERCADO DE CARBONO BRASILEIRO – LEI Nº 15.042/2024

LUIZ OCTAVIO VIANNA MARQUES.....		171
1	Introdução	171
2	Objetivo do sistema de comércio de emissões e sua implementação	172
3	Desafios do SBCE	173
3.1	Risco quanto à definição dos limites de emissão.....	174
3.2	Risco do excesso de alocação e da fuga de carbono.....	174
3.3	Risco de abuso de mercado	175
3.4	Risco quanto aos custos de verificação	176
3.5	Risco quanto à eficácia da redução das emissões	176
4	Conclusão	177
5	Agradecimento	178

PRAZO SUPLEMENTAR PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS (*NACHFRIST*): DISCIPLINA NA CISG E POSSÍVEIS APLICAÇÕES FORA DO ESCOPO DA CONVENÇÃO

PEDRO JARDIM DE PAIVA BARROSO.....		179
1	Introdução	179
2	Notas sobre a CISG	181
2.1	Incidência.....	181
2.2	Resolução do Contrato regido pela CISG	182
2.2.a	Violação essencial do contrato e resolução.....	183
2.2.a.i	Considerações gerais sobre a violação essencial	183
2.2.a.ii	Critérios para avaliar o carácter essencial do inadimplemento	185
2.2.a.iii	Resolução por violação essencial	186
3	O <i>Nachfrist</i> e a resolução do contrato	186
3.1	Aspectos Gerais sobre o <i>Nachfrist</i>	187
3.2	Requisitos e efeitos do <i>Nachfrist</i>	188
4	Possíveis aplicações do <i>Nachfrist</i> no direito brasileiro.....	189
4.1	A concessão de prazo adicional pelo credor unilateralmente e sem efeitos resolutórios	190
4.2	A utilização do <i>Nachfrist</i> pelo credor com a intenção de, após o transcurso prazo suplementar <i>in albis</i> , declarar a resolução do contrato.....	192
4.3	Aplicação com eficácia resolutória prevista contratualmente: a “cláusula resolutiva expressa escalonada”	194
5	Conclusão	197

FUSÕES E AQUISIÇÕES

A REDAÇÃO DE CLÁUSULAS AMBÍGUAS EM CONTRATOS DE M&A: UM MAL NECESSÁRIO?

DANIELLE FERNANDES DANTAS VICTER, MARCELLA MARIA FELIPPE MOTA		199
1	Introdução	199
2	O SPA e sua estrutura complexa.....	200
3	Ambiguidade e autonomia da vontade: implicações jurídicas e tecnológicas.....	201
4	Ambiguidade contratual em M&A: riscos e soluções interpretativas.....	203
5	Ambiguidade como estratégia de mitigação de riscos imediatos.....	205
6	Ambiguidade construtiva: benefícios e limites.....	206
7	Conclusão: a ambiguidade como ferramenta jurídica	207

ALEGAÇÃO DE DOLO EM OPERAÇÕES DE M&A E OS DEVERES DAS PARTES NA DUE DILIGENCE

ISABEL DE SOUZA GOMES, FERNANDA VALERIANO ALVES	209
1 Introdução	209
2 Desenvolvimento	210
2.1 Aspectos gerais do contrato de compra e venda de ações e as práticas de <i>sandbagging</i> e <i>anti-sandbagging</i>	210
2.2 <i>Due Diligence</i>	213
2.3 Dever de informar do vendedor x ônus de se informar do comprador.....	215
2.4 Dolo em operações de M&A	217
3 Conclusão	219

EARNOUTS NAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS: DA PRÁTICA NEGOCIAL À DOGMÁTICA JURÍDICA

RICARDO PERES FREOA	221
1 Introdução	221
2 Prática negocial da definição contingente de preço	222
3 Dogmática jurídica da definição contingente de preço	229
4 Controvérsias jurídicas sobre a cláusula de determinação contingente de preço	235
4.1 Hipóteses e parâmetros de desempenho	236
4.2 Gestão e controle da atividade empresarial	237
4.3 Prestação de contas e fiscalização	238
5 Considerações finais	238

GESTÃO DE PORTFÓLIO E EXPANSÃO DE INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA UTILIZANDO O MERCADO DE CAPITAIS

DANIEL HORA DO PAÇO	241
1 Introdução	241
2 Desinvestimentos por bolsas de valores (leilões). Fundos Mútuos de Privatização – FMPs. Uso de recursos do FGTS ...	242
3 Histórico de desinvestimentos de sociedades de economia mista em bolsas de valores	242
4 Atuais regras para desestatizações e desinvestimentos. Atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	243
5 Fases e requisitos de investimentos e desinvestimentos em operações societárias.....	245
6 Oportunidades para investimentos e desinvestimentos por sociedades de economia mista por bolsas de valores. Critérios	246
7 Conclusões.....	249

INOVAÇÃO E USO DE TECNOLOGIAS COMO FACILITADORES DE PROCESSOS DE M&A

BIANCA FREITAS CANDELLA, CARLA DO COUTO HELLU BATTILANA, LEONARDO MIRANDA, MIGUEL LIMA CARNEIRO

1	Introdução	251
1.1	O movimento de transformação digital nos departamentos jurídicos.....	251
1.2	Tendências em inovação jurídica: do Legal Operations ao Legal Design.....	252
1.3	Particularidades do setor energético e os desafios de adoção de tecnologia.....	253
2	A jornada de M&A potencializada pela inovação tecnológica.....	255
2.1	Do tradicional ao estratégico: a nova lógica das auditorias jurídicas.....	255
2.2	Inteligência jurídica na reorganização das auditorias	255
2.2.1	Otimização da estratégica da auditoria Jurídica.....	255
2.2.2	A tecnologia como aliada na negociação e na estruturação de operações.....	256
2.2.3	Sustentando a Transação com Dados no Pós-Fechamento	258
2.2.4	Melhores práticas na implementação responsável de novas soluções	259
3	Conclusão	260

ÓRGÃOS DE CONTROLE

ASPECTOS JURÍDICO-CONCORRENCIAIS DO DEVEDOR CONTUMAZ NO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

ANDRE DE ALMEIDA BARRETO TOSTES, ANA CAROLINA MELLO DE PAULA.....	263
1 Introdução	263
2 Da análise concorrencial da conduta do devedor contumaz no mercado relevante de distribuição de derivados de petróleo.....	265
2.1 Do devedor contumaz	265
2.2 Do preço predatório.....	269
2.3 Do mercado de distribuição de derivados de petróleo.....	270
2.4 Nova perspectiva do direito concorrencial acerca do devedor contumaz.....	272
3 Considerações finais	274

LEGITIMIDADE DA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL DE CONTEÚDO LOCAL NA PERSPECTIVA DO CONTROLE EXTERNO

FERNANDO SALLES XAVIER, GEÓRGIA VALVERDE LEÃO ROMEIRO, LUIZ CRISTIANO OLIVEIRA DE ANDRADE, RAFAEL ZIMMERMANN SANTANA

RAFAEL ZIMMERMANN SANTANA		277
1	Introdução: possíveis convergências entre interesses públicos e privados	277
2	Controle externo das estatais: predominância da legalidade e da economicidade.....	279
3	Legitimidade no estabelecimento da estratégia e reflexos no TCU	282
4	Do <i>triple bottom line</i> ao ESG	286
5	Conclusão: interfaces entre ESG e interesse público.....	289

REGULATÓRIO E ADMINISTRATIVO

DESCOMISSIONAMENTO SUSTENTÁVEL DE UNIDADES MARÍTIMAS E A NECESSIDADE DE EVOLUÇÃO REGULATÓRIA: UMA PROPOSTA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PETROBRAS

SARITA DE OLIVEIRA MOURA DA SILVA

1	Introdução	291
2	Sustentabilidade nas compras públicas	292
2.1	Relevância das compras públicas no contexto brasileiro	293
2.2	Função regulatória das compras públicas e atuação do administrador.....	295
3	Descomissionamento sustentável de unidades marítimas	299
3.1	Descomissionamento de unidades marítimas pela Petrobras: quando a prática aperfeiçoa a regra	305
4	Um novo marco legal para descomissionamento sustentável.....	309
4.1	Licenciamento ambiental e ciclo de vida do objeto.....	310
4.2	Ampliação do escopo do plano de descomissionamento.....	311
4.3	Sustentabilidade e justiça social	311
4.4	Investimento obrigatório em pesquisa, desenvolvimento e inovação.....	312
5	Considerações finais	312

GEOTERMIA NO BRASIL: A FALTA DE NORMATIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

TATIANA RABELLO POPPINGER, JOSÉ EDUARDO LAZARY TEIXEIRA.....

1	Introdução	315
2	A energia geotérmica	316
3	Desafios à geração de energia geotérmica no Brasil: Aspectos normativos	317
4	Experiências internacionais	322
4.1	Estados Unidos	322
4.2	Chile	323
4.3	Colômbia	324
4.4	México	325
5	Considerações finais	326

MARCO REGULATÓRIO DO HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO: TRÊS DESAFIOS E TRÊS OPORTUNIDADES

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO, MARIANA AVELAR, CAROLINE BATISTA

1	Introdução	329
2	O marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono	332
3	Desafios para consolidação da cadeia de valor hidrogênio de baixo carbono.....	334
3.1	Oferta e demanda por hidrogênio de baixo carbono: primeiro vem o ovo ou a galinha?	334
3.2	Déficit infraestrutural	338
3.3	Governança regulatória.....	338
4	Oportunidades para desenvolvimento da cadeia de valor hidrogênio de baixo carbono	340
5	Objetivos regulatórios ambiciosos e a consolidação de uma infraestrutura de qualidade para o hidrogênio de baixo carbono.....	343
6	Neoindustrialização e desenvolvimento sustentável.....	345
7	Mecanismos de coordenação regulatória como fonte de segurança jurídica.....	347
8	Conclusões.....	350

MENSURANDO A AUTONOMIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA COM APLICAÇÃO PILOTO NO SETOR DE ENERGIA

ANA LUIZA CALIL.....

1	Introdução	353
2	Capacidade institucional e autonomia: o pilar normativo e o pilar prático	354
2.1	Pilar normativo: o modelo das agências e o trajeto da autonomia até a Lei nº 13.848/2019	354
2.2	Pilar prático: o desenvolvimento das capacidades institucionais por meio da garantia da autonomia	357
3	Refletindo sobre possíveis indicadores para mensuração da autonomia das agências.....	361
3.1	Uma proposta de definição de indicadores.....	361
3.2	Disponibilidade de dados para avaliação da autonomia: um teste-piloto na Aneel e ANP	363
4	Considerações finais	364

O ESTADO REGULADOR NO CONTEXTO FEDERATIVO: CONFLITOS, INTERFACES E INCREMENTOS

MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA	365
1 Introdução, objeto de análise e plano de trabalho.....	365
2 O problema inaugural: os diferentes critérios adotados na Constituição para definição da competência normativa	367
3 Uma breve abordagem da jurisprudência do STF e a insuficiência dos seus critérios de decisão	368
4 Possibilidades de avanços institucionais	372
5 Conclusões	376

O IMPACTO NAS LICITAÇÕES DO DESEMPENHO DO FORNECEDOR NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

DANIELA REIS SAKAYA, GABRIELA ROSA ROCHA SOUZA	379
1 Introdução	379
2 O desafio da Administração Pública na busca da garantia da execução contratual	381
3 Previsão da avaliação de desempenho de fornecedores na legislação	382
4 Momento adequado para a avaliação da nota de desempenho do fornecedor	383
5 Conclusão	387

O PASSADO DA REGULAÇÃO DO PETRÓLEO E O FUTURO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA, ANDRÉ RIBEIRO TOSTA	389
1 Introdução	389
2 O passado: as facetas da regulação do petróleo no Brasil	389
2.1 Petróleo como instrumento de soberania nacional	392
2.2 Petróleo como oportunidade de mercado	393
2.3 Petróleo como questão social.....	394
3 O futuro: os paradoxos regulatórios em meio à transição energética	396
3.1 Soberania nacional em tempos de transição	398
3.2 Viabilidade econômica e atratividade de mercado em tempos de transição	400
3.3 Justiça social e os impactos distributivos em tempos de transição.....	401
4 Conclusão	402

OPERAÇÕES EXCLUSIVAS DO *JOINT OPERATING AGREEMENT* E O MODELO JURÍDICO-REGULATÓRIO BRASILEIRO

RAFAELA SERMENHO, TATIANA PACHE	405
1 Introdução	405
2 Das operações exclusivas	406
3 Do contrato de concessão e do contrato de partilha de produção	410
4 Da cessão de fato	411
4.1 Caso Xerelete: Processo Administrativo 48610.008112/2006-51.....	412
4.2 Caso Wahoo.....	413
4.3 Caso CCI nº 24717/PFF	413
5 Considerações finais.....	414

REVOGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO ANP POR INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	417
1 Introdução	417
2 Necessidade de interpretar sistematicamente o art. 10, V e § 2º da Lei nº 9.847/1999, sobretudo em matéria de Direito Administrativo Sancionador	420
3 Preservação de margem de apreciação da ANP em caso de conflito normativo.....	423
4 Critério da especialidade e prevalência <i>in casu</i> da norma especial do setor sobre a regra transversal e geral	424
5 Dever de interpretação do art. 10, V e § 2º, da Lei nº 9.847/1999 pela ANP sob a ótica da juridicidade e conforme a CF/1988	428
6 Princípio da proporcionalidade	430
6.1 Incidência do art. 22, § 3º, da LINDB.....	434
7 Princípio da eficiência.....	436
7.1 Interpretação consequencialista, inclusive à luz do art. 20 da LINDB	438
8 Princípio da individualização da pena	440
9 Princípio da proteção do consumidor	442
10 Autovinculação da ANP aos seus próprios precedentes sobre o tema	444
11 Conclusões.....	447

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E QUALIDADE REGULATÓRIA NA ANP

PATRICIA WERNER GOMEZ	451
1 Introdução	451
2 As Antigas e as Novas Atribuições da ANP e seus Desafios	452
3 Qualidade regulatória	455
4 Qualidade Regulatória na ANP: Diagnóstico dos Instrumentos	458
4.1 Participação Social.....	458
4.2 Análise de Impacto Regulatório – AIR.....	461
4.3 Avaliação de Resultado Regulatório – ARR	463
5 Considerações finais	465

TRABALHISTA

A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS COMO UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

HENRIQUE DA SILVA LOURO..... 467

1	Introdução: conceito e evolução histórica da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).....	467
1.1	Da responsabilidade social corporativa no Brasil	468
1.2	As negociações coletivas na indústria do petróleo.....	471
1.3	Objetivo do artigo e relevância do tema	472
2	A Responsabilidade Social Corporativa e as relações de trabalho.....	473
2.1	Práticas de responsabilidade social adotadas por negociação coletiva de trabalho pelas empresas petróleo no estado do Rio de Janeiro	476
2.1.1	A responsabilidade social corporativa no acordo coletivo de trabalho da Petrobras	477
2.1.2	A Responsabilidade Social Corporativa nos Acordos Coletivos de Trabalho de outras empresas de petróleo celebrados com o Sindipetro-RJ e diferenças em relação ao ACT da Petrobras.....	478
3	Conclusão	479

AS CONTROVÉRSIAS DO NOVO REGIME RECURSAL TRABALHISTA

PHILIPPE DE OLIVEIRA NADER, PEDRO DE ASSIS..... 481

1	O impacto do novo regime recursal trabalhista sobre as empresas de óleo, gás e energia.....	481
2	O TST e a nova política de precedentes vinculantes	481
3	Desafios na implementação dos precedentes vinculantes no TST	482
4	O pontapé inicial do sistema de precedentes no TST: a Resolução nº 224/2024	483
5	Questionamentos e virtudes das diretrizes previstas no Ofício Circular da Presidência do TST: o saldo é positivo.....	486
6	Conclusão	490

DOS DESAFIOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA SOB A ÓTICA DO DIREITO DO TRABALHO E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES

JOSÉ EDUARDO DUARTE SAAD..... 493

1	Introdução	493
2	Da evolução histórica das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho	494
3	Evolução histórica das normas prevencionistas no Brasil	495
4	Do acidente do trabalho: responsabilidade subjetiva x responsabilidade objetiva do empregador. teoria do risco social	496
5	Da ação regressiva da união federal contra o empregador em caso de acidente de trabalho que causa prejuízos aos cofres previdenciários: teoria do risco acentuado	499
6	Das normas regulamentadoras-NRS da segurança jurídica e a incerteza regulatória	503
7	Conclusão	505

RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE: LIMITAÇÕES DO EPI COMO ATENUADOR AO RISCO NO TRABALHO

ANDRÉ RUFINO ARSÊNIO DE SOUSA SANTOS, MICAELA DOMINGUEZ DUTRA..... 507

1	Introdução	507
2	Da caracterização da insalubridade por ruído na esfera trabalhista	507
3	Da Previdência Social Brasileira.....	509
4	Dos efeitos previdenciários do ruído	510
5	Das jurisprudências sobre aposentadoria especial em decorrência de ruído.....	512
6	Dos efeitos tributários	515
7	Conclusões.....	520

TRIBUTÁRIO..... 521

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE IMPACTOS TRIBUTÁRIOS NA CONDUÇÃO DOS ACORDOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS SOB A ÓTICA DO IMPOSTO DE RENDA

MILENI BRITTO MOTTA GOMES, GISLANE NADYA COSTA SANTOS DUARTE, MICAELA DOMINGUEZ DUTRA..... 521

1	A tendência atual de busca por soluções consensuais.....	521
2	Incidência de IR e dever de retenção: acordos judiciais e extrajudiciais	523
2.1	Natureza da verba e Jurisprudência.....	523
2.2	Retenção na Fonte do Imposto de Renda	525
2.3	Consequência da ausência de análise tributária prévia.....	529
3	Dedutibilidade da despesa para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	530
4	Considerações finais	532

A INCONSTITUCIONALIDADE DO IMPOSTO SELETIVO SOBRE A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO

BIANCA XAVIER..... 535

CREDITAMENTO DE ICMS INCIDENTE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS: AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE ENTRE A TESE UNIFORMIZADA PELO STJ NO JULGAMENTO DO EAREsp nº 1.775.781/SP E O JULGAMENTO DO TEMA 633 PELO STF

ANDRÉA ABRAHÃO DA SILVA, MARCOS ROSA ALVES 539

1	Introdução	539
2	O direito ao crédito de ICMS na aquisição de produtos essenciais à atividade-fim da empresa	541
3	A indústria de petróleo e gás natural e as suas peculiaridades	543
4	Posicionamento consolidado do STJ: desnecessidade da agregação física da mercadoria ao produto final	543
5	Ausência de incompatibilidade entre o TEMA 633 do STF e o posicionamento fixado pelo STJ no EARESP 1.775.781/SP	544
6	Irrelevância de a extração de petróleo (mera retirada da jazida sem comercialização) não constituir hipótese de incidência do ICMS.....	549
7	Conclusão	549

CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA RECEITA FEDERAL

MARIA LUISA MARQUES MOREIRA, LEONARDO GARCIA BITES 553

1	Introdução	553
2	A Controvérsia em torno do conceito de insumo de PIS e Cofins e sua pacificação pelo Superior Tribunal de Justiça	554
3	Glosas de Créditos de PIS e COFINS na Indústria do Petróleo: exemplos práticos.....	555
4	Considerações finais	562

LIMITES CONSTITUCIONAIS DAS MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

ANDREA ALMEIDA SOARES, TIAGO LEMOS DE OLIVEIRA 565

1	Introdução	565
2	Vedação ao confisco. Análise sob os parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade	566
3	Outros exemplos de multas confiscatórias	568
3.1	Multas aduaneiras.....	568
3.2	Multa estadual prevista na Lei nº 2.657/1996 do Rio de Janeiro.....	569
4	Conclusão	571

O REGIME MONOFÁSICO DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS: DA INCONSTITUCIONALIDADE DA GLOSA DE CRÉDITOS À RECONSTRUÇÃO NORMATIVA NA REFORMA TRIBUTÁRIA

FREDERICO DE OLIVEIRA FERREIRA, SÍLVIA ROXO BARJA FALCI, VIVIANE ZAMPIERI DE LEMOS BATTISTINI 573

1	Introdução	573
2	O regime monofásico do ICMS sobre combustíveis e sua função no sistema tributário.....	574
3	A glosa de créditos de ICMS nas operações antecedentes à saída monofásica	575
4	Outras discussões decorrentes do regime monofásico: irretroatividade, a essencialidade <i>versus</i> fundo de combate à pobreza e aspecto quantitativo do ICMS monofásico.....	577
5	A Emenda Constitucional nº 132/2023 e o retorno aos trilhos	579
6	Pontos que ainda merecem atenção	580
7	A experiência da consensualidade no STF	581
8	Considerações finais	584

SOBRE OS AUTORES..... 585

SOBRE OS AUTORES

Adriana de Oliveira Varella Molina

Mestre em Sistemas de Gestão, com área de concentração em meio ambiente, pela Universidade Federal Fluminense (UFF-LATEC). Pós-graduada em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pós-Graduada em Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes. Especialização em *Environmental Law*, pela Vermont Law School/EUA. Curso de extensão em Gestão Estratégica de Carbono pela FGV. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogada da Petrobras especializada em Direito Ambiental.

Alexandre Santos de Aragão

Professor titular de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Árbitro. Advogado.

Ana Carolina Mello de Paula

Autora do livro *Sistema Financeiro Nacional e Coordenação Regulatória* e de outras obras jurídicas em coautoria. Mestre em Direito da Regulação pela FGV-Rio. Mestre em Responsabilidade Social Corporativa pela Universidad Pontificia de Salamanca – Campus Madrid, *alumni* do Diplomado Internacional em Transição Energética da Universidad Externado de Colombia. Advogada da Petrobras.

Ana Luiza Calil

Doutora em Direito Administrativo (USP). Mestre em Direito Público (UERJ). Diretora do Instituto Mulheres na Regulação. Cofundadora do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ. Advogada.

Andre de Almeida Barreto Tostes

Coordenador da área de Direito Concorrencial no Jurídico da Petrobras. Mestrando em Direito Econômico e Desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

André Ribeiro Tosta

Doutor e mestre em Direito Público pela UERJ. Membro-fundador do Laboratório de Regulação Econômica - UERJ Reg. Pesquisador visitante pela University of Toronto. Advogado no Escritório José Vicente Santos de Mendonça Advogados. Consultor PNUD junto à AGU.

André Rufino Arsênio de Sousa Santos

Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado na área trabalhista, empregado da Petrobras.

Andréa Abrahão da Silva

Pós-graduada em Direito Público pela EMERJ e em Energia Renováveis pela Universidade Anhanguera. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro da CEAT. Advogada master no setor de petróleo e gás natural.

Andrea Almeida Soares

Advogada graduada pela Universidade Mackenzie. Pós-graduada em Direito Empresarial com ênfase na área de óleo e gás pelo Ibmec-RJ.

Augusto Barros de Figueiredo

Bacharel em Direito pela UFRJ. Mestre pela Universidade de Paris I (*Panthéon-Sorbonne*) e pela Science Po/Paris. Doutor em Direito pela UFF. Presidente eleito para a América Latina da *Dispute Resolution Board Foundation* e fellow do *Chartered Institute of Arbitrators*. Especialista em Direito da Infraestrutura e da Construção, atuando como árbitro, mediador e membro de *Dispute Boards* no Brasil e no exterior.

Bianca Freitas Candella

Coordenadora de Inovação em ThinkFuture, primeira iniciativa de inovação estruturada por um escritório full-service na América Latina. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especializada em Ciência de Dados pelo Le Wagon, escola internacional de tecnologia. Coordena o IA Lab, iniciativa de Inteligência Artificial de TozziniFreire.

Bianca Xavier

Professora de Direito Tributário a FGV DIREITO RIO. Coordenadora e professora da Pós-graduada em Direito Financeiro e Tributário da CEDAP-UERJ. Doutora em Direito Tributário pela PUC-SP. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela UCAM. Advogada da Bianca Xavier Advogados Associados.

Bruno Freixo Nagem

Doutor em Direito Comercial pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Mestre em Direito das Relações Econômicas e Sociais pela Faculdade Milton Campos, Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual pelo IBMEC, Pós-Graduação *lato sensu* em Mercado de Capitais e Derivativos pela PUC-Minas. Ex-professor de Direito Processual Civil e Direito Contratual da PUC-Minas. Advogado.

Carla do Couto Hellu Battilana

Sócia das áreas de Fusões e Aquisições, Tecnologia, PI e Proteção de Dados de TozziniFreire Advogados, com mais de 15 anos de experiência e membro do Comitê de Inovação do escritório. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. LL.M. pela Universidade de Chicago.

Clara Serva

Sócia e Head da área de Empresas & Direitos Humanos e Coordenadora de Práticas Pro Bono em TozziniFreire Advogados. Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – pesquisa em autocomposição em conflitos de Direitos Humanos (2021). Mediadora Privada certificada (2019).

Daniel Gruenbaum

Professor Associado de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Advogado.

Daniel Hora do Paço

Advogado da Petrobras desde 2003, com atuação nas áreas tributária, financeira e de fusões e aquisições. Bacharel em Direito pela UERJ. Especialista em Gestão de Negócios pela FDC. Extensão pela Universidade da Califórnia (Davis), Universidade de Munster (Alemanha) e Universidade de Harvard. Palestrante, coordenador e professor em cursos de pós-graduação em Direito. Vice-presidente da Amigos Direito UERJ desde 2023.

Daniela Reis Sakaya

Consultora especializada em Licitações e Contratos da Petrobras. Pós-graduada *lato sensu* em Direito Público e Privado pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduada *lato sensu* em Direito Civil com concentração em Empresarial pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc.

Danielle Fernandes Dantas Victor

Advogada master da Petrobras. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Direito Empresarial pelo Ibmecc. Pós-graduada em Regulação da Energia Elétrica pela UFRJ.

Fábio Machado Grilo

Advogado graduado pela UFES. Pós-graduado em Direito Ambiental pela PUC-RJ. Pós-graduado em Direito Tributário pela FGV. Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela UCDB. Gerente setorial de contencioso estratégico ambiental na Petrobras.

Fábio Ribeiro da Silva

Advogado especializado em Direito Ambiental na área de petróleo e gás. Graduado pela FDSBC. MBA em Gestão Ambiental pelo IECAT/FEI. MBA em Direito Empresarial pela FGV. Especialização em *Environmental Law*, pela Vermont Law School/EUA. MBA em Gestão Jurídica Estratégica pela FIA/USP. Gerente-geral do Jurídico de Contencioso e Resolução de Conflitos na Petrobras.

Fernanda Valeriano Alves

Advogada graduada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pós-graduada em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), pós-graduada em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público (ISMP) e pós-graduada em Finanças pelo IBMEC.

Fernando Salles Xavier

Advogado Sênior da Petrobras. Especialista em Políticas Públicas e Governo pela UFRJ. Especialista em Assessoria Governamental e Relacionamento Institucional na Indústria de Energia pela FGV.

Flávia Piovesan

Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós-graduação em Direito. Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). Visiting fellow do Human Rights Program da Harvard Law School (1995 e 2000); do Centre for Brazilian Studies da University of Oxford (2005); visiting fellow do Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg, 2007-2008; 2015-2024) e Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow no Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law (2009-2014). Lemman Visiting Scholar no David Rockefeller Center for Latin American Studies de Harvard University

Frederico de Oliveira Ferreira

Bacharel em Direito pela UFMG. Pós-graduado em Direito Empresarial pela UGF-RJ. Pós-graduado em Direito Contencioso, com concentração da indústria de óleo e gás pelo Ibmecc. Pós-graduando em Direito Tributário pela ABDF. Mestre em Direito pela *Universidad de Salamanca* (ES). Advogado na área tributária da Petrobras, com atuação em Tribunais Superiores.

Gabriela Rosa Rocha Souza

Gerente jurídica da área de normatização contratual e logística de E&P da Petrobras. MBA Executivo e pós MBA em Gestão Estratégica pela COPPEAD-UFRJ. Pós-graduada *lato sensu* em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade da Cidade.

Geórgia Valverde Leão Romeiro

Gerente do Jurídico de Atendimento a Órgãos de Controle da Petrobras. Especialista em Direito Ambiental pela PUC-Rio. Especialista em Assessoria Governamental e Relacionamento Institucional na Indústria de Energia pela FGV. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP.

Gislane Nadya Costa Santos Duarte

Advogada master da Petrobras. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Pós-graduada em gestão tributária pelo Ibmec.

Henrique da Silva Louro

Bacharel em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em Direito do Trabalho pela Universidade Veiga de Almeida (UVA) e em negócios de Petróleo e Gás pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Ex-professor da Universidade Federal Fluminense e advogado na Petrobras, atualmente exercendo a função de Consultor na área trabalhista.

Isabel de Souza Gomes

Advogada graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduada em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro. Atua como advogada sênior no Departamento Jurídico da Petrobras na Gerência de Fusões e Aquisições.

Jéssica Borges

Advogada das áreas de Empresas & Direitos Humanos e Pro Bono em TozziniFreire Advogados. Especialista em Direitos Humanos, com enfoque a Direitos Territoriais de Populações Tradicionais, pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (2025). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2022).

Joana Cheibub

Gerente Setorial do Jurídico de Direitos Humanos e Responsabilidade Social e Coordenadora de Práticas Pro Bono na Petrobras. Representante do Jurídico na Comissão de Direitos Humanos da Petrobras e nas Subcomissões de Due Diligence em Direitos Humanos e de Diversidade, Equidade e Inclusão. Assessora Jurídica do Programa Petrobras contra violência sexual e no trabalho e do Programa Petrobras de Bem-estar. Mestre em Responsabilidade Social Empresarial pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mediadora Especialista em Mediação de Conflito Socioambiental e Comunitário – Curso Mediare.

José Eduardo Duarte Saad

Advogado. Professor. Ex-Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho/SP. Ex-Assessor Jurídico de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Patrono do Instituto dos Advogados de São Paulo

José Eduardo Lazary Teixeira

Graduado em Direito pela Universidade Gama Filho. Advogado master na Petrobras. Atua em projetos estratégicos relacionados à transição energética.

José Vicente Santos de Mendonça

Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ. Coordenador do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ (UERJ Reg.). Advogado.

Juliana Salim Mello Gallo

Mestranda em Direito Civil Contemporâneo e Prática Jurídica. Especialista em Direito Público pela Faculdade Anhanguera. Especialista em Gestão de Pessoas com Foco em Liderança e Inovação pela Faculdade Getulio Vargas. Advogada.

Karen Joyce Lyrio Aragão

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ). Mestre em Desenvolvimento de Meio Ambiente (UFPE). Socióloga, pesquisadora do Centro de Pesquisas da Petrobras, CENPES, na área de Socioeconomia.

Leonardo Garcia Bites

Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Geras. Pós-graduado em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da PUC-MG. Pós-graduado em Direito Constitucional pela Associação do Magistrados de Minas Gerais – ANAMAGES. Gerente no contencioso tributário federal no Jurídico de Tributário da Petrobras.

Leonardo Miranda

Sócio na área de transações e projetos de energia e infraestrutura, com 25 anos de experiência. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Leonardo tem LL.M. pela Universidade de Dundee e foi associado estrangeiro no escritório inglês Allen&Overy.

Luiz Carlos S. Faria Junior

Advogado das Áreas de Empresas e Direitos Humanos e Pro Bono em TozziniFreire Advogados. Doutorando em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direito e Inovação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015).

Luiz Cristiano Oliveira de Andrade

Gerente-Geral de Áreas Corporativas e Órgãos de Controle da Petrobras, graduado em Direito e mestre em História Social pela PUC-Rio, onde também é professor de Direito Administrativo e Coordenador de Pós-graduação de Direito Econômico e Regulatório.

Luiz Octavio Vianna Marques

Bacharel pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Ex-analista Processual da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ). Advogado da Petrobras. Mestrando em Direito da Regulação pela Fundação Getulio Vargas (FGV-Rio).

Marcella Maria Felipe Mota

Advogada da Petrobras desde 2021, pós-graduada em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ e pós-graduada em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

Marcelo Junqueira Calixto

Doutor e Mestre em Direito Civil (UERJ). Professor Adjunto da PUC-Rio (Mestrado e Graduação). Professor dos cursos de Pós-Graduação da FGV, EMERJ e UERJ. Diretor do BRASILCON. Membro da Comissão de Responsabilidade Civil do IAB e da Comissão de Direito Civil da OAB/RJ. Membro do IBDCivil, do IBERC, do IBDCont e do CBar. Advogado, parecerista e árbitro.

Marcelo Palladino Machado Vieira

Advogado da Petrobras. Graduado em Direito pela UFRJ. Mestre em Direito Público pela UERJ. Professor convidado da Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP).

Marcos Rosa Alves

Bacharel em Direito pela Universidade da Cidade. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade da Cidade. Advogado sênior no setor de petróleo e gás natural.

Maria Claudia de Andrade Oliveira Rocha

Advogada especializada em Direito Ambiental na área de petróleo e gás. Graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialização em Direito Processual Civil pela LFG. Especialização em *Environmental Law* pela Vermont Law School/EUA. MBA em Direito Empresarial pela FGV. Atualização em Gestão Estratégica de Carbono pela FGV. *Diplomado Internacional en Transición Energética* pela Universidad Externado de Colombia. Gerente Setorial de Consultivo do Jurídico de Ambiental na Petrobras.

Maria Luisa Marques Moreira

Graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Gestão tributária pelo Ibmec. Gerente no contencioso de recuperação de indébitos no Jurídico de Tributário na Petrobras.

Micaela Dominguez Dutra

Pós-doutora e Doutora em Direito Tributário pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto de Direito Público de Brasília (IDP). Pós-graduada em direito tributário pelo IDP, Advogada na área de óleo e gás. Empregada da Petrobras. Professora de direito tributário da graduação do IBMEC/RJ. Professora Convidada de Direito Tributário da Pós-Graduação do IBMEC, FGV, CEPED-UERJ, Mackenzie. Membro da Comissão de Especial de Assuntos Tributários da OAB-RJ. Conselheira da ABDF. Membro do grupo de pesquisas de prevenção de litígios – CENAPRET. Membro do grupo de pesquisas de tributação e gênero da FGV-SP. Professora do Grupo de Estudos do Ibmec sobre precedentes em matéria tributária. Coordenadora do Projeto Mulheres no Tributário e Diretora do GDT.

Miguel Lima Carneiro

Miguel é advogado da área de Tecnologia, PI e Proteção de Dados e Champion de Inovação do Grupo Empresarial de TozziniFreire Advogados. Graduado e Mestrando na FGV-SP. Miguel é especialista em Gestão de Negócios pelo Insper e tem experiência assessorando empresas com temas relacionados à Inteligência Artificial e à implementação de novos produtos e serviços no Brasil.

Mileni Britto Motta Gomes

Advogada sênior da Petrobras. Pós-graduada em gestão tributária pelo IBMEC.

Nina Laporte Bomfim

Mestranda em Direito Público pela UERJ. Pós-graduada em Análise Econômica do Direito e em Direitos Fundamentais pela Universidade Complutense de Madrid. Extensão em *Law and Economics* pela *Harvard Law School*.

Patricia Werner Gomez

Advogada na Petrobras. Doutoranda em Direito da Regulação pela FGV-Rio.

Paulo de Bessa Antunes

Professor titular da UFRJ; 2022 *Elisabeth Haub Award for Environmental Law and Diplomacy*; ex-presidente da União Brasileira da Advocacia Ambiental – UBAA; ex-presidente da Comissão de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Advogado com atuação em diversos casos relativos à indústria do petróleo e o meio ambiente e parecerista. Autor de vários livros e artigos sobre direito ambiental.

Pedro Bastos de Souza

Mestre em Direito da Cidade (UERJ); Mestre em Direito e Políticas Públicas (UNIRIO). Advogado na Petrobras, com atuação na área de Direitos Humanos e Responsabilidade Social.

Pedro de Assis

Bacharel em Direito pela PUC-GO, especialista em Direito e Processo Constitucional, foi servidor efetivo, assessorou ministros do TST de 2007 a 2024 e foi Chefe de Gabinete de Ministro da Corte. Foi instrutor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Assessores e Servidores do TST (Cefast). Advogado e professor de cursos jurídicos voltados à advocacia. Coautor da obra *Recurso de Revista Descomplicado*.

Pedro Jardim de Paiva Barroso

Gerente Jurídico responsável por coordenar a defesa dos interesses da Petrobras em disputas internacionais e prestar assessoramento à Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores da Companhia. Advogado da Petrobras há 17 anos. LL.M. (*Master of Laws*) pela University of California, Davis (UC Davis). Possui especializações em arbitragem doméstica e internacional pela University of Dundee, na Escócia, e pelo Ibmec-RJ.

Philippe de Oliveira Nader

Doutorando e Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB), especialista em Direito Processual Civil pela PUC-Rio, especialista em Direito Empresarial (com foco em óleo e gás) pelo Ibmecc-Rio, graduado pela PUC-Rio, advogado e consultor da Petrobras, além de professor na Universidade Petrobras. Autor de livro e artigos jurídicos publicados.

Rafael Zimmermann Santana

Advogado master e Gerente Setorial de Contencioso Administrativo do TCU da Petrobras. Pós-graduação *Lato Sensu* - Direito com Concentração em Empresarial - pelo IBMEC.

Rafaela Sermentho

Gerente Setorial e Advogada da Petrobras. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduada em Direito Público e privado pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. MBA de Gestão e Business Law na Fundação Getúlio Vargas.

Ricardo Peres Freoa

Mestre e bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Advogado.

Rodrigo Chindelar de Sá das Neves

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – UFRJ. Pós-Graduação Lato Sensu – Direito com Concentração Empresarial – Ibmecc. Mestrando em Direito Civil – PUC-Rio. Advogado master da Petrobras. Gerente Setorial do Jurídico para Finanças na Petrobras.

Sarita de Oliveira Moura da Silva

Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), especialista em Direito Empresarial com ênfase em regulação de óleo e gás pela FGV-Rio e em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes - RJ, graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Advogada, gerente setorial jurídica para Cenpes e Propriedade Intelectual na Petrobras.

Sílvia Roxo Barja Falci

Bacharel em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos; Pós-graduada em Direito Empresarial com concentração na regulamentação de petróleo e gás pela Fundação Getúlio Vargas; Especialização em Gestão – Ênfase em Negócio pela Fundação Dom Cabral; Pós-graduada em Aperfeiçoamento em Gestão pela Fundação Dom Cabral. Advogada na área tributária na Petrobras.

Tatiana Pache

Gerente setorial jurídico na Petrobras. Pós-graduada em gestão estratégica de petróleo, gás e energias renováveis pela Fundação Dom Cabral. MBA em Direito Empresarial com concentração em regulação e negócios de petróleo e gás pela FGV-Rio.

Tatiana Rabello Poppinger

Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduação em Direito com concentração em empresarial pelo Ibmecc. Advogada sênior na Petrobras. Atua em projetos estratégicos relacionados à transição energética.

Tiago Lemos de Oliveira

Advogado graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Viviane Zampieri de Lemos Battistini

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito São Bernardo do Campo. Especialista em Direito Tributário pelo IBET-SP. Pós-graduada em Direito Empresarial com ênfase na área de óleo e gás pelo IBMEC-RJ. Mestrando em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Membro do Grupo de Pesquisas de Tributação e Gênero da FGV/SP. Advogada na área tributária na Petrobras.